

Problemas reais e exageros marcam o debate sobre a questão das fronteiras

Raramente o crime organizado transfronteiriço explica o aumento ou a redução das taxas de criminalidade, inclusive homicídios, nas grandes cidades da fronteira.

Michel Misse
28 de janeiro de 2020

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS



Abrijo para Venezuelanos em Boa Vista, capital de Roraima,

A pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras”, realizada há alguns anos por meio de um termo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Ministério da Justiça [1], confirmou algumas hipóteses e excluiu outras, como é comum nesse tipo de diagnóstico. A pesquisa procurava saber, pela primeira vez e de forma sistemática, como estava a situação dos órgãos responsáveis pela segurança pública nos 588 municípios da faixa de fronteira brasileira com dez países vizinhos e que tipo de desafios eles enfrentavam.

A metodologia adotada incluiu um amplo levantamento estatístico e de fontes secundárias, um survey com os responsáveis por órgãos federais, estaduais e municipais em uma amostra de 178 municípios da faixa de fronteira, além de uma pesquisa de campo,

qualitativa em 55 desses municípios, a maior parte dos quais conurbados com cidades de outros países, cognominados “cidades-gêmeas”.^[2]

A primeira constatação dos pesquisadores foi a baixa qualidade dos dados estatísticos referentes à segurança pública nos municípios pesquisados. A falta de entrosamento entre os órgãos responsáveis pela prevenção e repressão a delitos refletia-se na qualidade dos dados produzidos, algumas vezes incongruentes e muitas vezes carregados de omissões.

A realização do *survey* e da pesquisa de campo supriu parte desses problemas mas não podia superá-los inteiramente, devido às dificuldades de implantação, à época, de uma política nacional de integração de dados, por município, oriundos das atividades das várias polícias (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Polícias Cíveis dos estados de fronteira, guardas municipais, Ministérios Públicos federal e estaduais, sistemas penitenciários federal e estaduais e judiciários federal e estaduais).

A garimpagem de dados, além de extenuante, não é capaz de substituir, no médio e longo prazo, a produção de séries históricas de dados na área de segurança pública, por município, de qualidade semelhante à obtida pelo IBGE em suas pesquisas em áreas econômicas e demográficas.

Em virtude dessas limitações, e apesar delas, a pesquisa realizada conseguiu obter uma razoável e pioneira avaliação da situação nacional nos três arcos de fronteira (Norte, Central e Sul) que separam, em quase 17 mil quilômetros de linha imaginária, o Brasil dos seus dez vizinhos da América do Sul. Desses precisos 16.886 quilômetros, 7.363 quilômetros estão em “fronteira seca” e 9.523 quilômetros dividem rios, lagos e canais, compreendendo 6.514 marcos fronteirícios. Em linha reta isso representa cerca de 1/3 do diâmetro da Terra, algo como uma linha que saindo de Brasília alcança Pequim.^[3]

Uma comparação logo salta à vista, quando se sabe das dificuldades encontradas pelos Estados Unidos da América em controlar a imigração em seus cerca de 2 mil quilômetros de fronteira com o México. Outro ponto a se destacar é lembrar que além da fronteira terrestre há que se considerar as fronteiras marítimas e aéreas, responsáveis pela maior parte de circulação de pessoas e mercadorias com outros países.

A pesquisa identificou ou confirmou algumas hipóteses sobre problemas específicos do que se pode chamar de “situação de fronteira”, mas deixou claro que não são nem gerais nem homogêneos para toda a fronteira brasileira. O cuidado, aqui, é o de não tratar como iguais problemas que se diferenciam entre os “arcos” da fronteira e mesmo entre os municípios dentro de cada arco. De um modo geral, se tratados como um todo, ficamos sabendo que as cinco principais mercadorias que saem do Brasil (lícita ou ilícitamente) para os países vizinhos são, pela ordem, veículos, alimentos, moeda, animais e madeira, segundo as autoridades de segurança pública entrevistadas no *survey* realizado entre 2013 e 2014.

Veículos roubados servem de moeda de troca para o tráfico e a madeira provém muitas vezes do desmatamento ilegal. Também pela ordem, as principais mercadorias (lícitas ou ilícitas) que entram no Brasil provenientes dos países vizinhos são cigarros, cocaína e pasta-base, maconha, eletroeletrônicos e equipamentos de informática. Como fica claro no relatório da pesquisa, o impacto que têm essas circulações de lado a lado depende das características do país vizinho, da região onde se localiza o espaço analisado, das particularidades de cada limite – fluvial ou terrestre, com ponte ou sem ponte, conectado por rodovias ou caminhos locais, como também depende da história local de interações que constitui cada região e da forma de organização dessa circulação de mercadorias e também de pessoas.

Esse diferencial de situações exige distinguir os problemas reais de cada região ou município do imaginário genérico a respeito da fronteira, carregado de estereótipos e exageros. Reportagem de O Globo de 26 de janeiro de 2020, de autoria de Marco Grillo e Paula Ferreira, afirma que a redução dos homicídios nos municípios da fronteira foi menor que a média nacional dos 120 municípios mais violentos, mas ressalva que os dados se referem apenas a 113 municípios limítrofes com dados disponíveis no sistema do Ministério da Justiça. Os outros 475 municípios da faixa de fronteira, que jogariam a média para baixo, ficaram de fora do sistema do Ministério da Justiça e da análise realizada. Como saber se é a situação de fronteira o diferencial, nesse caso, ou se é o tamanho do município, a sua maior densidade populacional ou institucional o fator predominante na explicação do aumento ou da redução dos homicídios? Municípios “exemplares” da fronteira como Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Foz do Iguaçu, no Paraná, passam a representar, muitas vezes, a situação de criminalidade e de segurança pública de toda a fronteira brasileira, ocultando as diferenças e misturando as variáveis convocadas para as explicações.

Na pesquisa realizada sobre a segurança pública nas fronteiras constatou-se que os maiores municípios da fronteira apresentam também os maiores índices de criminalidade. Entretanto, não se constatou que esses índices, embora muitas vezes relacionados ao tráfico varejista de drogas, estejam sempre relacionados ao crime organizado transfronteiriço. O que se verificou é que a

criminalidade convencional, a mesma que é encontrada nos grandes e médios municípios brasileiros, inclusive o varejo de drogas e o conflito armado entre quadrilhas, é também predominante na fronteira.

Raramente o crime organizado transfronteiriço explica o aumento ou a redução das taxas de criminalidade convencional, inclusive homicídios, nas grandes cidades da fronteira. É como se houvesse exagero na ideia de que a situação de fronteira seria preponderante para justificar a criminalidade desses municípios em comparação com as demais cidades brasileiras. Problemas reais e exageros só podem ser disciplinados se contarmos com estatísticas de boa qualidade, sempre atualizadas e que cubram, cada vez mais, não apenas os ilícitos convencionais, mas também os ligados à criminalidade transfronteiriça, incluindo os que afetam o meio-ambiente.

Michel Misse

Professor Visitante do Programa de Pós Graduação em justiça e segurança pública da UFF. Professor Titular de Sociologia aposentado do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador 1-B do CNPq.

[1] Cf. Os resultados dessa pesquisa, a maior já realizada no Brasil no assunto, encontram-se no site do Ministério da Justiça, na área de publicações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em cinco volumes, sob o título geral de "Segurança Pública nas Fronteiras", divididos em "Sumário Executivo"(também impresso), "Diagnóstico Socioeconômico e Democrático"(também impresso) e os três volumes divididos por arcos da fronteira (Arcos Norte, Sul e Central), em edição digital.

[2] Deve-se à Dra. Lia Osório Machado, reconhecidamente a principal especialista brasileira sobre a fronteira, o uso dessa expressão e a divisão da fronteira brasileira em três grandes "arcos". Como líder do RETIS-UFRJ, foi a responsável pelo levantamento estatístico efetuado durante a pesquisa e publicado pelo Ministério da Justiça.

[3] Ministério da Justiça, "Segurança Pública nas Fronteiras. Sumário Executivo", Brasília, 2016, p. 22.

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f>

